



SERRA DA MESA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68

Demonstrações
FINANCEIRAS 2018

www.stategrid.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício de 2018.

1) A COMPANHIA

A SMTE é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 14 de dezembro de 2005 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1502, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintrun do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km: 681
Tensão em kV: 500
Subestações: 5

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) RECEITA

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 139.777.011 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 e de R\$ 135.897.131 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2018 e 2017 são:

	2018	2017
• Liquidez geral	1,65	1,75
• Liquidez corrente	2,19	2,76
• Relação patrimônio líquido/ativo	42,28%	34,83%
• Relação passivo não circulante/ativo	48,30%	46,64%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	(6,43%)	23,25%
• Relação lucro operacional/patrimônio líquido	21,00%	36,40%
Ativos totais - R\$	742.927.620	792.806.230
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício - R\$	(20.188.115)	64.206.020

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa, além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também é de bom senso incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto à Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2019

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	2018	2017
Receita operacional líquida	15	116.660.185
Custo da operação	16	(14.444.765)
Lucro bruto	70.518.720	102.215.420
Despesas gerais e administrativas	17	(8.565.252)
Outras receitas operacionais líquidas	18	6.869.602
Lucro antes do resultado financeiro	65.944.617	100.519.770
Resultado financeiro	19	(69.036.048)
Receita financeira		48.269.636
Despesa financeira		(60.990.461)
Resultado antes dos impostos	(3.091.435)	87.798.945
Imposto de renda e contribuição social	20	(23.592.925)
Prejuízo/(lucro) líquido do exercício	(20.188.115)	64.206.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	2018	2017
Prejuízo/(lucro) líquido do exercício	(20.188.115)	64.206.020
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	(20.188.115)	64.206.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo/Lucro do exercício antes dos impostos	(3.091.435)	87.798.945
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	71.597.442	20.738.567
Depreciação e amortização	534.133	504.199
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26.358	(149.488)
Provisão para contingências	(10.638.465)	2.681
Provisão para compensação ambiental	621.024	487.373
Outras provisões	318.264	395.037
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	6.978.270	(5.141.950)
Contas a receber - partes relacionadas	258.928	(1.395.495)
Ativo de concessão (financeiro)	-	13.986.660
Ativo de concessão (contratual)	46.557.757	-
Estoques	(184.590)	(148.660)
Impostos a recuperar	4.537.169	13.072.945
Adiantamentos a fornecedores	239.124	217.875
Outros ativos	9.902.280	(126.387)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	72.211	992.200
Tributos e contribuições sociais	(6.664.546)	(14.094.839)
Impostos pagos	(17.662.485)	(15.830.563)
Juros pagos	(17.845.556)	(15.430.184)
Taxas regulamentares	588.933	1.263.785
Outros passivos	867.252	304.777
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	87.012.068	87.447.477
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.180.893)	(1.112.239)
Baixa de imobilizado e intangível	-	43.320
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(1.180.893)	(1.068.919)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos pagos	(63.840.699)	(54.689.784)
Dividendos pagos	(60.995.719)	(433.766)
Dividendos intermediários	-	(42.942.656)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(124.836.418)	(98.066.206)
Redução líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	(39.005.243)	(11.687.649)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	70.452.366	82.140.014

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionada a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

Nota	2018	2017	Nota	2018	2017
Ativo			Passivo		
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	31.447.123	Fornecedores - terceiros	22	820.127
Concessionárias e permissionárias	7	16.883.167	Fornecedores - partes relacionadas	9	900.806
Contas a receber - partes relacionadas	22	1.258.832	Empréstimos - partes relacionadas	10	64.702.561
Estoques		3.919.555	Impostos e contribuições sociais	11	11.207.935
Adiantamento a fornecedores		563.062	Taxas regulamentares		9.158.396
Impostos a recuperar		862.113	Dividendos propostos		-
Ativo de concessão (financeiro)	8.1	-	Outros passivos circulantes		3.369.382
Ativo de concessão (contratual)	8.2	140.811.082			2.502.130
Outros ativos circulantes		1.698.152			90.159.207
		197.443.086			83.503.874
Ativo não circulante			Passivo não circulante		
Ativo de concessão (financeiro)	8.1	-	Empréstimos - partes relacionadas	9	241.696.619
Ativo de concessão (contratual)	8.2	536.049.724	Outras contas a pagar com partes relacionadas	21	60.000
Outros ativos não circulantes		5.441.310	Outras provisões - compensação ambiental		6.078.543
Imobilizado		3.949.139	Provisão para contingências	12	2.673.241
Intangível		44.361	Impostos diferidos	13	103.486.202
		545.484.534	Outros passivos não circulantes		4.867.365
		563.588.875			358.861.970
Total do ativo		742.927.620	Total do passivo e do patrimônio líquido		742.927.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de lucros a realizar	Retenção de lucros	Lucro/(prejuízo) acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	274.500.000	2.282.970	-	42.942.657	-	319.725.627
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	64.206.020	64.206.020
Constituição de reserva legal	-	3.210.301	-	-	(3.210.301)	-
Dividendos intermediários	-	-	-	(42.942.657)	-	(42.942.657)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(609.957)	(609.957)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	60.385.762	(60.385.762)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	274.500.000	5.493.271	-	60.385.762	-	340.379.033
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018	-	-	-	-	34.101.287	34.101.287
Constituição da reserva especial de lucros a realizar	-	-	34.101.287	-	(34.101.287)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(20.188.115)	(20.188.115)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	(20.188.115)	-	20.188.115	-
Dividendos adicionais conf. AGO de 27 de abril de 2018	-	-	-	(60.385.762)	-	(60.385.762)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	274.500.000	5.493.271	13.913.172	-	-	293.906.443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE" ou "Companhia") é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 14 de dezembro de 2005 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1502, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia é uma concessionária de transmissão de energia elétrica e foi constituída pelo Grupo Isolux Corsan S.A., que foi vencedor do Leilão 001/2005 - Lote C - ANEEL. A Companhia tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500kV Serra da Mesa II - Luziania - Paracatu IV - Emborcação e Luziania - Samambaia, localizada nos Estados de Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** No dia 27 de abril de 2006, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 003/2006 - Expansão da Interligação Norte-Sul III, trecho 3, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais: (i) Linha de Transmissão 500 kV Serra da Mesa II-Luziania, com extensão aproximada de 310 km, no Estado de Goiás. (ii) Linha de Transmissão 500 kV Luziania-Paracatu IV, com extensão aproximada de 118 km, no Estado de Minas Gerais. (iii) Linha de Transmissão 500 kV Paracatu IV-Emborcação, com extensão aproximada de 188 km, no Estado de Minas Gerais. (iv) Linha de Transmissão 500 kV Luziania-Samambaia, com extensão aproximada de 65 km, nos estados de Goiás e Distrito Federal. **(v) Subestações de Serra da Mesa II, Luziania, Paracatu IV e Samambaia.**
1.2. Receita anual permitida (RAP): A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$66.900.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. A Companhia entrou em operação em 18 de fevereiro de 2008. Em 27 de junho de 2008, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 670, estabeleceu a RAP da Companhia em aproximadamente R\$70.000.000 para o período de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009. Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 135.897.131 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018. Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 139.777.011 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 18 de março de 2019. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das

demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante: Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Instrumentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concession



SERRA DA MESA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas crescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos do principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, com regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes: A Companhia adotou o CPC 47 usando método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado. A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.4 concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionada ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o contas a receber da implementação da infraestrutura. Até então classificado como ativo financeiro, e cujo o saldo totalizava R\$ 671.749.944 em 1º de janeiro de 2018, passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de 676.860.806. A diferença nos critérios de mensuração no montante de R\$ 34.101.287 foi contabilizada diretamente em lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários. A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

Ref.	Impacto da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018	
Lucros acumulados		
Ativo contratual	(i)	51.668.618
Impostos diferidos relacionados		(17.567.331)
Impacto em 1º de janeiro de 2018		34.101.287

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC 47 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste exercício em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	2018 Ref.	2018	2018
(Valores sem a adoção do CPC 47)			(Conforme Ajustes apresentado)
Ativo			
Ativo circulante			
Ativo de concessão (financeiro)	140.897.076	(i)	(140.897.076)
Ativo de concessão (contratual)	-	(i)	140.811.082
Demais ativos circulantes			
não impactados	56.632.004		56.632.004
197.529.080		(85.994)	197.443.086
Ativo não circulante			
Ativo de concessão (financeiro)	508.351.325	(i)	(508.351.325)
Ativo de concessão (contratual)	-	(i)	536.049.724
Demais ativos não circulantes			
não impactados	9.434.810		9.434.810
517.786.135		27.698.399	545.484.534
715.315.215		27.612.405	742.927.620
(Valores sem a adoção do CPC 47)			(Conforme Ajustes apresentado)

	2018 Ref.	2018	2018
Passivo			
Passivo circulante			
Total do passivo circulante	90.159.207		90.159.207
90.159.207		-	90.159.207
Passivo não circulante			
Impostos diferidos	94.097.983	(ii)	9.388.219
Demais passivos não circulantes não impactados	255.375.768		255.375.768
349.473.751		9.388.219	358.861.970

	2018 Ref.	2018	2018
Patrimônio líquido			
Demais itens do patrimônio líquido não impactados	279.993.271		279.993.271
Reserva legal	-		-
Retenções de lucros	-		-
Reserva especial de lucros a realizar	(iii)	13.913.172	13.913.172
Prejuízo acumulado	(4.311.014)	(iii)	4.311.014
275.682.257		18.224.186	293.906.443

	2018 Ref.	2018	2018
Total do passivo e do patrimônio líquido	715.315.215		27.612.405
			742.927.620
(Valores sem a adoção do CPC 47)			(Conforme Ajustes apresentado)
Receita operacional líquida	105.403.240	(i)	(24.056.214)
Outros	(84.438.461)		(84.438.461)
Imposto de renda e contribuição social	(25.275.792)	(ii)	8.179.112
Lucro líquido do exercício	(4.311.013)		(15.877.102)

(i) Implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4; (ii) Impacto dos impostos diferidos sobre a adoção do ativo contratual; (iii) Efeitos dos ajustes foram refletidos no patrimônio líquido.

4.2. Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros: A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A Companhia adotou, sem efeitos relevantes, a nova norma e com base no advento da adoção inicial simplificada, utilizou-se da isenção de não apresentação de informações comparativas dos períodos anteriores.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS, MAS AINDA NÃO VIGENTES

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019: CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1). A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contêm um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2). Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia. Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos

casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixa	912	-
Bancos	303.826	627.630
Aplicações financeiras	31.142.385	69.824.736
31.447.123		70.452.366

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs, que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	2018	2017
A vencer	15.210.741	14.824.384
Vencidas até 30 dias	320.048	108.533
Vencidas até 60 dias	2.213	3.300
Vencidas até 90 dias	10.472	3.542
Vencidas há mais de 90 dias	1.433.348	9.015.332
	16.976.822	23.950.091
	(93.655)	(67.297)
(-) PCLD	16.883.167	23.882.794

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	(67.297)	(216.785)
Reversão de provisão	-	149.488
Complemento de provisão	(26.358)	-
Saldo em 31 de dezembro	(93.655)	(67.297)

8. ATIVO DE CONCESSÃO

	2018	2017
Circulante	-	127.496.802
Não circulante	-	544.253.142
	-	671.749.944

Saldo em 31 de janeiro de 2017
Adoção inicial CPC 47 (transferência para ativo contratual) (i) 671.749.944

Saldo em 01 de janeiro de 2018
(i) Os saldos referentes aos ativos financeiros da Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2018, passaram a ser reconhecidos no balanço como ativo de concessão contratual, conforme detalhado na nota 8.2.

8.2. Ativo de concessão (contratual): Segue composição do ativo de concessão contratual: A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:
Adoção inicial CPC 47 (transferência do ativo financeiro) 671.749.944
Adoção inicial CPC 47 (impacto nos impostos diferidos relacionados) 17.567.331
Adoção inicial CPC 47 (impacto no patrimônio líquido) 34.101.287
Saldo em 01 de janeiro de 2018 723.418.562
Realização e remuneração do ativo contratual (46.557.756)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 **676.860.806**
Circulante 140.811.082
Não circulante 536.049.724

Conforme mencionado na nota explicativa 3.4, a Companhia adotou o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. O impacto da adoção inicial resultou no registro de R\$ 51.668.617 com aumento no ativo contratual em contrapartida ao patrimônio líquido. A Companhia não identificou necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo contratual em 31 de dezembro de 2018.

9. EMPRÉSTIMOS

a) Total da dívida

Descrição	Início	Venci-mento	Garantidor	Encargos	2018	2017
State Grid International Development Limited (SGID)	11/2014	09/2023	n/a	Libor + 2,85% a.a.	306.399.180	316.487.994
					306.399.180	316.487.994
Circulante					64.702.561	55.456.614
Não circulante					241.696.619	261.031.380
					306.399.180	316.487.994

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia. Em 17 de novembro de 2014, junto à SGID foi contratado um empréstimo ao custo de Libor + 2,85% a.a. no montante de USD 153.636.799,20, correspondente a R\$399.839.770, com pagamentos de principal e juros em 19 parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 05/09/2023. No ano de 2017, a companhia pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato. No ano de 2018, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato. Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros e nem ativos dados em garantia.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal)

	Amortização
2020	64.293.682
2021	64.293.682
2022	64.293.682
2023	48.815.573
	241.696.619

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2018	2017
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	6.790.669	9.382.587
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	2.048.379	3.131.795
Programa de Integração Social (PIS)	236.374	204.465
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	992.601	959.589
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	563.646	483.236
Outros	576.266	558.529
11.207.935		14.720.201

11. TAXAS REGULAMENTARES

	2018	2017
Reserva global de reversão (RGR) (i)	564.716	544.650
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	1.661.881	1.659.326
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	6.931.799	6.365.487
	9.158.396	8.569.463

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.791 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas as competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 381.341,80. (ii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.578 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 43.086,00. (iii) P&D: Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva



SERRA DA MESA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68

Demonstrações
FINANCEIRAS 2018

www.stategrid.com.br

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais)

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2018	2017
Fiscal	-	10.712.203
Cível	2.500.132	2.500.132
Trabalhista	173.109	99.371
	2.673.241	13.311.706

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	2018	2017
Administrativo	-	847.028
Fiscal	839.714	3.818.786
Trabalhista	30.676	17.272
Ambiental	4.366.658	-
Cível	3.469.531	-
	8.706.579	4.683.086

13. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	2018	2017
Impostos diferidos passivos (i)	103.486.202	84.510.405
	103.486.202	84.510.405

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 274.500.000 dividido em 274.500.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2018 e 2017
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. c) **Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Em 2018 a Administração da Companhia aprovou através de Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2018, a distribuição de dividendos adicionais referentes à reserva de lucros no valor de R\$ 60.385.762. Esse valor, assim como todo o montante decorrente de dividendos provisionados foram pagos em 11 de julho de 2018.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2018	2017
Receita operacional bruta	132.915.813	144.871.153
Receita de operação e manutenção	19.469.334	22.241.324
Remuneração do ativo de concessão	113.446.479	122.629.829
Deduções da receita operacional	(51.568.787)	(28.210.968)
PIS corrente	(2.961.379)	(2.621.154)
COFINS corrente	(13.640.296)	(12.073.194)
RGR	(4.455.702)	(3.971.445)
P&D	(1.339.388)	(1.815.026)
CDE (i)	(22.691.159)	(817.459)
TFSEE	(501.703)	(494.978)
Proinfa	(5.979.160)	(6.417.712)
	81.347.026	116.660.185

(i) Valor refere-se a quotas da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE que não foram recolhidos em 2017 devido aos efeitos suspensivos dos Despachos ANEEL nº 1.187/2017, nº 1.415/2017, nº 1.831/2017 e nº 2.115/2017.

16. CUSTO DA OPERAÇÃO

	2018	2017
Pessoal	(6.459.200)	(6.176.161)
Material	(359.639)	(585.267)
Serviços de terceiros	(1.477.410)	(4.416.643)
Arrendamentos e aluguéis	(14.932)	(22.699)
Seguros	(213.686)	(183.294)
Tributos	(69.093)	(21.544)
Custo de operação e manutenção	(501.557)	(768.693)
Gastos diversos (i)	(1.732.789)	(2.270.464)
	(10.828.306)	(14.444.765)

(i) Grupo de gastos diversos refere-se a atividades normais da Companhia de acordo com o plano de contas da ANEEL. Maiores impactos são os gastos de telecomunicação, energia elétrica e custo de compartilhamento de infraestrutura no valor de R\$ 1.240.999 em 2018 e R\$ 1.506.138 em 2017.

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Pessoal	(5.999.141)	(5.119.871)
Administradores	(1.236.612)	(1.579.292)
Material	(53.479)	(25.987)
Serviços de terceiros	(632.691)	(610.558)
Arrendamentos e aluguéis	(145.921)	(104.715)
Provisão/reversão (i)	60.912	149.488
Doações	(517.982)	(658.156)
Depreciação e amortização	(118.327)	(126.971)
Outras	(499.343)	(489.190)
	(9.142.584)	(8.565.252)

(i) Saldo referente à reversão de provisão de PCLD.

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2018	2017
Rendas da prestação de serviços (i)	10.599.579	12.575.088
Outras receitas	-	9.800
Tributos sobre a receita	(1.375.602)	(1.606.503)
Pessoal	(2.950.301)	(2.718.725)
Arrendamentos e aluguéis	(185.009)	(136.708)
Depreciação	(415.806)	(420.548)
Outras despesas	(1.104.384)	(832.804)
	4.568.477	6.869.602

(i) Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Centro de Operação do Sistema (COS), Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) e Compartilhamento de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM).

19. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
Receita financeira	64.070.975	48.269.636
Receitas de aplicações financeiras	3.959.117	7.620.328
Variações cambiais ativas	59.813.855	38.639.321
Outras receitas financeiras	505.613	2.482.359
Tributos sobre receitas financeiras	(207.610)	(472.372)
Despesa financeira	(133.107.023)	(60.990.461)
Variações cambiais passivas	(114.517.759)	(44.510.031)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(16.893.538)	(14.867.858)
Outras despesas financeiras	(1.695.726)	(1.612.572)
	(69.036.048)	(12.720.825)

20. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	2018	2017
Prejuízo/Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(3.091.435)	87.798.945
Alíquota nominal - 34%	1.075.088	(29.827.641)
Adições e exclusões não dedutíveis	(786.780)	(865.213)
Variação cambial	(14.100.197)	(608.222)
Juros indevidos	(4.016.457)	(3.648.278)
Incentivos fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	609.163	863.677
Outros	122.503	10.492.752
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(17.096.680)	(23.592.925)
IR e CS correntes	(15.688.214)	(13.799.552)
IR e CS diferidos	(1.408.466)	(9.793.373)
	(17.096.680)	(23.592.925)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

	Nota	2018	2017
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	6	31.447.123	70.452.366
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Contas a receber - partes relacionadas	22	1.258.832	1.517.761
Concessionárias e permissionárias	7	16.883.167	23.887.794
Ativo de concessão (financeiro)	8.1	-	671.749.944
Passivos mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos - partes relacionadas	9	306.399.180	316.487.994
Fornecedores - terceiros		820.127	775.045
Fornecedores - partes relacionadas	22	960.806	933.677

21.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) **Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função

dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo. **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:** A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cambial que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2018. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2018	-5%	5%
Empréstimos	306.399.180	(15.023.319)	15.392.061

d) **Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

22.1. Ativo

	2018	2017
Contas a receber - partes relacionadas	1.258.832	1.517.761
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.212.818	1.393.776
Outros	46.014	123.985

22.2. Passivo

	2018	2017
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	307.359.986	317.421.671
Aluguel (ii)	6.418	5.893
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	894.374	864.571
Outros	60.014	63.213
Empréstimos - partes relacionadas (nota explicativa 9)	306.399.180	316.487.994

22.3. Resultado

	2018	2017
Resultado - partes relacionadas	(14.102.486)	(13.826.688)
Despesa aluguel (ii)	(72.816)	(71.541)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	2.863.868	1.112.711
Despesa de juros de empréstimo	(16.893.538)	(14.867.858)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas. (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto à SGBH.

23. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	2018	2017
Responsabilidade civil	Risco civil	1.116.973	1.185.216
Seguro patrimonial	Risco operacional	217.314.776	217.314.776
Veículos	Carros	1.361.099	1.367.013
		219.792.848	219.867.005

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Controladora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Adoção ao CPC 47 - Receita de contrato com cliente

Chamamos a atenção para a nota 4.1 às demonstrações financeiras, que descreve os impactos relacionados à adoção do CPC 47 - Receita de contrato com cliente, sendo os principais efeitos o reconhecimento de um ativo de contrato (anteriormente classificado como ativo financeiro) no montante de R\$ 676.860.806 mil e ajuste aos lucros acumulados no montante de R\$ 34.101.288 mil. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: